

Educação Física: construindo ideologia ou contra-hegemonia?*

*Maristela da Silva Souza***

Resumo Abstract

Problematizar-se-á as visões sociais de mundo, denominadas, aqui, ideológica e utópica/contrahegemônica que direcionam, seja de maneira implícita ou explícita, o processo educativo, especificamente, na área da Educação Física escolar.

This work will discuss the social views of the world – here referred to as ideological and utopian/counter-hegemonic – which implicitly or explicitly underlie the educational process – particularly in the field of Physical Education in schools.

* Este texto foi produzido a partir da monografia de especialização apresentada no Programa de Pós-graduação em Ciência do Movimento Humano – UFSM- fev/1998, sob a orientação da Prof^a Dra. Ingrid Marianne Baecker.

** Mestranda junto ao programa de Pós-Graduação em Educação Física no CDS da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Acredita-se ser a escola uma instituição social que se encontra em constante relação histórica e dinâmica com o real, portanto, ao mesmo tempo que ela reproduz/consolida uma ordem de dominação, constitui-se também em espaço de luta/construção de nova ordem.

É necessário que o profissional que atua no contexto escolar tenha claro qual é o seu papel: agente de reprodução dos valores dominantes que oprimem, ou agente de transformação desses valores? Pretende-se, então, problematizar-se as visões de mundo, aqui denominadas como Ideológica e Utópica/Contra-Hegemônica que direcionam, seja de maneira consciente/inconsciente, implícita/explicita, o processo educativo, especificamente na área da Educação Física escolar. Não se intenciona julgar os educadores, mas refletir sobre as possibilidades de movimento que estes têm na sua ação pedagógica. Acredita-se que esses trabalhadores, quando envolvidos de maneira política e intelectual, comprometidos com valores democráticos, são capazes de transformação de práticas sociais ideológicas.

Sendo assim, faz-se necessário compreender alguns conceitos construídos historicamente, a fim de elucidar, de forma crítica, o contexto histórico atual.

As visões sociais de mundo ideológica e utópica / contra-hegemônica

Contrariamente ao que pensa a maioria das pessoas, o conceito de ideologia não se originou com Marx, tanto a palavra quanto seu sentido já se situavam na história, quando foi retomado por ele; desde então, novos significados continuaram emergindo.

O seu significado moderno foi apresentado, inicialmente, em 1801 pelo filósofo francês Destutt de Tracy, como parte da Zoologia. Para este, ideologia é o estudo científico das idéias, que resulta da interação entre organismo vivo e natureza.¹

Após alguns anos, em 1812, Tracy e seu grupo entram em conflito com Napoleão. Este os chama de “ideólogos”, equivalente a metafísicos, que realizam abstração do real e que vivem em um mundo de especulações. Este novo significado, devido à posição dominante de Napoleão, passa a ser utilizado na língua corrente da primeira metade do século XIX. É com este entendimento que Marx, a seu modo, o retoma, dando-lhe outro sentido.

A partir de 1846, na obra IDEOLOGIA ALEMÃ, Marx refere-se à ideologia como falsa consciência,

que implica a consciência deformada da realidade, correspondendo aos interesses de classe, precisamente à dominante. Através da religião, moral, filosofia, doutrinas políticas e econômicas, os sujeitos constroem idéias ilusórias e especulativas sobre a realidade. Esse conjunto de idéias é socialmente determinado pela classe dominante e que equivale às ideologias dominantes da sociedade.

As idéias (Gedanken) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante (Marx, 1991, p. 72).

Marx, não se refere à ideologia do proletariado, ou seja, ideologia de classe não dominante. Contudo, na mesma corrente marxista, no pensamento de Lenin, o sentido da palavra passa a designar qualquer concepção de realidade social vinculada à posição de classe, seja ela burguesa ou proletária. Conseqüente desse fato, o termo passou a ser usado no movimento operário, expressando, entre os militantes, a luta e o trabalho ideológico do proletariado em contraposição à ideologia dominante.

Ainda na corrente marxista, o termo ideologia é empregado por

Gramsci como “*concepção do mundo*” (Gramsci, 1986, p.16).

Para este, “*todos os homens são filósofos*”, ou seja, todo sujeito age a partir do significado que pode ser consciente ou inconsciente. Ainda que de forma inconsciente, o sujeito é direcionado por uma concepção de mundo que se encontra implícita na “*linguagem*”, no “*senso comum*”, no “*bom senso*” e na “*religião*” (Ibidem).

Então, todos os homens/mulheres são filósofos; nesse aspecto, porém, coloca-se o problema fundamental de toda a concepção de mundo, pois a diferença é visível à medida que a “*filosofia vulgar*” é “*apenas um conjunto desagregado de idéias e opiniões*” (Ibidem).

Procurar a essência e a coerência lógica do senso comum e da religião, dá condições para a passagem do nível do “*senso comum*” ao “*bom senso*”, de forma a desvendar os valores que sustentam as práticas, tanto individuais quanto coletivas.

Desse modo, o pensamento de Gramsci orienta-se à compreensão da relação dialética entre filosofia vulgar e filosofia crítica. Dado o sentido crítico da filosofia, esta coincide com “*filosofia da práxis*”. “*A filosofia da práxis não busca man-*

ter os 'simplórios' na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior" (Ibid, p.20).

Para isso, é necessária a função dos intelectuais orgânicos, e seu papel é servir de vínculo entre a filosofia e o povo. "*O processo de desenvolvimento está ligado a uma dialética intelectuais-massa*" (Ibid, p.22).

Essa realização conjunta constitui, justamente, o que Gramsci denomina bloco histórico, base e expressão da hegemonia.

É no interior do bloco histórico que se explicitam as relações de hegemonia, os mecanismos de dominação e direção exercidas por um grupo social sobre toda a sociedade em determinado momento histórico, bem como esclarece a função dos intelectuais como organizadores da hegemonia.

Entende-se hegemonia no sentido Gramsciano, em que o grupo que domina economicamente direciona, também, cultural e ideologicamente a sociedade. No entanto, pode-se identificar, na conjuntura social, a luta por nova hegemonia, partindo de interesses e visão de mundo diferenciados da dominante. A organização de um grupo so-

cial, assumindo diferente representação, constitui o que se pode chamar contra-hegemonia, que corresponde às novas possibilidades de reconstrução ideológica.

Na obra de Gramsci, ideologia e hegemonia são conceitos estreitamente ligados, pois, para a superação da ideologia que direciona a hegemonia, é necessária outra ideologia que direcione a contra-hegemonia.

O sociólogo Karl Mannheim, na sua obra "Ideologia e Utopia", publicada pela primeira vez em 1929, apropria-se do sentido leninista do termo, denominando-o de "Ideologia Total". O conceito equivale ao conjunto de idéias, pontos de vista, estilos e formas de pensar que se apresentam ligados aos interesses, às posições sociais de grupos, independente destes encontrarem-se em posição privilegiada.

A este fenômeno chamado Ideologia Total, Mannheim atribui duas formas: Ideologia e Utopia.

Para a ideologia cabe o conjunto de idéias, concepções, teorias e representações que se orientem no sentido de legitimar ou reproduzir a ordem estabelecida. "*Está implícita na palavra 'ideologia' a noção de que, em certas situações, o inconsciente coletivo de certos gru-*

pos obscurece a condição real da sociedade, tanto para si como para os demais, estabilizando-a, portanto” (Mannheim, 1986, p. 66).

Em oposição a esse conceito de caráter conservador, o termo utopia aparece caracterizando-se pelo conjunto de idéias, concepções, teorias e representações que buscam outra realidade, ainda inexistente. Portanto, negando a ordem social determinante – ou ideológica – orientando-se rumo a sua transformação ou ruptura. “*O conceito de pensar utópico reflete a descoberta oposta a primeira(...)*” (Ibid, p.67).

Lowy(1994) apropria-se do termo ideologia usado por Mannheim, como forma de pensamento que se orienta para reproduzir a ordem vigente e pelo fato deste conservar o caráter crítico, presente na definição marxista do termo. Quanto ao conceito de utopia, considera-o – como em Mannheim – no sentido crítico, que se orienta para transformar a ordem existente. Já o conceito de ideologia total, que define ao mesmo tempo ideologia e utopia, é utilizado pelo autor como sendo “*visão social de mundo*” (p.12).

Serão consideradas, aqui, as visões sociais de mundo – ou ideologias- que podem ser Ideológica e Utópica/Contra – hegemônica, que

direcionam os projetos divergentes, caracterizando a atual sociedade de conflitos.

O modelo de racionalidade científico-ideológica

A necessidade de compreender o mundo faz com que o homem/mulher, a partir das circunstâncias de cada momento histórico, construa também a história da racionalidade humana.

As explicações para os acontecimentos foram concedidas através de várias idéias: a água, como princípio formador de tudo, passando pela idéia do “apeiron”, ar e fogo.

Na Idade Média, através do teocentrismo e a idéia de cosmos, é estabelecida uma ordem, na qual o homem/mulher não questionava. Chega a desordem; o teocentrismo é substituído pelo antropocentrismo, com o ser humano passando de mero contemplador da natureza, a interventor e dominador. Inicia a Revolução Científica, na qual os homens/mulheres são libertos da servidão e passam a vender a força de trabalho (capitalismo). As ciências da natureza o (força de trabalho) desenvolve e sustenta. É nesse bojo da preocupação com a capitalização, através do aumento desen-

freado da tecnologia, da potencialização e do ensino profissionalizante, que nascem as ciências sociais e humanas.

É nesse momento histórico, fins do século XVIII e início do XIX, que surge uma teoria da ciência, propondo reforma da sociedade que viesse a estabelecer nova ordem – o positivismo. Nasce no momento em que a sociedade se encontra em conflito, propondo que as ciências sociais seguissem o método científico natural.

É com esse caráter crítico que o positivismo teve dimensão utópica – tendo início com Condorcet e seguindo com Saint Simon – ou seja, caracterizou-se como visão social de mundo que tivesse “*função crítica, negativa e subversiva, quando apontassem para uma realidade ainda não existente*” (Lowy, 1995, p.14).

Porém, o positivismo transmuta-se de visão utópica e objetiva-se em ideologia que serve “*para legitimar, justificar, defender ou manter a ordem social do mundo*” (Ibidem).

A partir do século XIX, através de Augusto Comte, considerado seu fundador, o positivismo caminha em defesa da ordem estabelecida, agora com a burguesia e a industrialização em pleno exercício do poder.

Para Comte “*o pensamento tem que ser inteiramente positivo, dever-se-ia acabar com toda crítica e negatividade, isto é, com a dimensão revolucionária do pensamento*” (Ibib, p. 38).

Essa breve fundamentação procura demonstrar que o paradigma de racionalidade científica, determinado pelas ciências naturais e com base epistemológica positivista, apresenta-se, hoje, em nossa sociedade, de forma hegemônica e em defesa do sistema vigente. Dito isso, o modelo natural/positivista passa a dominar a maior parte das formas de conhecimento, determinando as visões sociais de mundo, constituindo-se, assim, no modelo ideológico de racionalidade científica.

O modelo de racionalidade científico-ideológica e a produção de conhecimento na área da educação física

No tratamento dado à realidade pelo pesquisador está sempre internalizada, ainda que de forma inconsciente, uma visão social de mundo.

Para isso, Gamboa (1995) coloca que os aspectos instrumentais

das pesquisas estão diretamente relacionados à visão de realidade implícita/explicita em cada pesquisa.

Os enfoques epistemológicos, que são chamados pelo autor como **bases epistemológicas**, Positivismo, Materialismo e Fenomenologia, determinam o **método** e são denominados, respectivamente, como empírico-analítico, crítico-dialético e fenomenológico-hermenêutico que, por sua vez, direcionam as abordagens metodológicas, ou seja, a **técnica** escolhida no processo de pesquisa.

De acordo com Bracht(1993), as discussões em torno do paradigma científico, na área da Educação Física no Brasil, iniciam na década de setenta, após a implantação dos cursos de pós-graduação.

Até os anos oitenta, as pesquisas desenvolveram-se, principalmente, vinculadas à medicina esportiva, fisiologia, cineantropometria, sob a influência do modelo natural de ciência, orientando-se de forma hegemônica numa matriz empírico-analítica. Somente no início dos anos noventa, formularam-se, mais claramente, as discussões propriamente epistemológicas, buscando as implicações teóricas que orientam as pesquisas na área. Evidencia-se, neste caso, o estudo de Sil-

va (1997), que analisa as dissertações de mestrado em Educação Física, no período de 1988 a 1994, e conclui que, pelo fato dos pesquisadores encontrarem-se atrelados à visão de ciência positivista, “a *vertente empírico-analítica ainda é dominante na produção científica dos mestrados da área de Educação Física e Esportes, tanto nos mais antigos quanto nos mais recentes*”.²

Se o paradigma de ciência predominante em tais produções é fortemente atrelado ao paradigma moderno de ciência, isso nos leva a crer que, à medida que a Educação Física segue esse modelo de racionalidade científica, inclusive na sua forma de tratar o objeto a ser conhecido, evidencia, também, o projeto de racionalidade ideológica, oferecendo um corpo de pressuposições que contribuem para legitimar o caráter ideológico dominante.

Apoiadas pelo paradigma científico-ideológico, surgem propostas pedagógicas para a Educação Física escolar, no sentido de legitimá-la a partir do modelo tradicional de ensino.

Encontram-se, com este intuito, estudos preocupados com práticas pedagógicas que venham a desenvolver educação para a saúde, de

acordo com a visão *biológica*. Cabe à Educação Física, dessa forma, o papel de melhorar a aptidão física dos sujeitos, os quais passam a contribuir para o desenvolvimento nacionalista, uma vez que se encontram mais aptos enquanto força de trabalho. Para isso, Ferreira (1995) entende que, "(...) a *relação pedagógica hegemônica em Educação Física tem na aptidão física seu objeto de estudo e contribui historicamente para manter a estrutura social capitalista*" (p. 216).

Juntamente com essa ótica, aparece a denominada *visão bio-psicológica*³ que adiciona, ao desenvolvimento da aptidão física, o psíquico. O papel da Educação Física, então, limita-se à atuação nos domínios psicomotor, cognitivo e afetivo, melhorando, além da aptidão física, o intelectual. Observa-se, tanto numa perspectiva como na outra, o predomínio da visão dicotômica de homem/mulher, sob olhar passivo, acrítico e a-histórico do papel social da prática pedagógica da Educação Física. Isso pressupõe que os valores do sistema capitalista brasileiro não pretendem ser questionados e, sim, conservados.

O modelo de racionalidade científica utópico/contrahegemônica

A partir do momento em que o sujeito moderno passa a ser o centro das explicações, estava lançada aí, a oportunidade de problematização, elaboração e contraposição de conhecimentos.

O espírito da positividade e a idéia de progresso de Augusto Comte, a crítica marxista e a introdução do inconsciente através do pensamento de Freud marcam o nascimento das ciências sociais e humanas.

As ciências sociais constituem, então, novo espaço de saber, à medida que situam o homem/mulher numa visão de produção (Marx), e do inconsciente (Freud). Novas questões são colocadas quando Marx pensa o homem como histórico e social, que produz seus meios de subsistência através do trabalho e que, por meio deste, estabelecem-se as relações de poder. A visão de mundo marxista defende a classe proletária como revolucionária na realização do projeto utópico socialista.

Também Freud, sob o ponto de vista da psicanálise, tenta romper o dualismo entre corpo e alma, à me-

dida que aponta o sujeito enquanto desejo, cuja origem encontra-se no inconsciente e manifesta-se através do corpo por meio da linguagem, sexualidade e comportamentos em geral. Dessa forma, pode-se dizer que as ciências sociais e humanas abrem novas perspectivas

ao abandonarem a antiga visão da racionalidade, ao centrarem suas preocupações no "homem concreto" que produz, e no "homem-corpo" regido pela inconsciência, constituindo uma nova região de saber (Carrero, 1994. p.103).

Outro pensamento que marca o paradigma das ciências sociais é o elaborado pela Teoria Crítica de Sociedade, que nasce juntamente com a escola de Frankfurt, em 1924. A expressão, Escola de Frankfurt, é usada para se referir aos pensadores filiados ao Instituto de Investigação Social de Frankfurt, que resgatam a idéia iluminista do esclarecimento aliado ao pensamento de Marx e Freud. Destaca-se, como objetivo principal da Teoria Crítica, a busca da razão enquanto esclarecimento e emancipação.

Vê-se, assim, que o paradigma das ciências sociais, apesar de apresentar-se, em grande parte, orientado pela visão positivista, quando orientado pela visão marxista e teoria crítica, cria nova linguagem e

novo ponto de vista na interpretação da realidade. Considerando o homem enquanto humano e social, aponta na construção histórica para a visão de mundo utópica/contrahegemônica ao paradigma ideológico natural/positivista.

No contexto educacional da Educação Física, este paradigma utópico/contrahegemônico passa a orientar vários estudos de iniciativa epistemológica, tanto em termos de produção de pesquisa, como em propostas pedagógicas.

O modelo de racionalidade científica utópica/contrahegemônica e a produção de conhecimentos na área da Educação Física

A produção de conhecimento da Educação Física, até a década de oitenta, desenvolve-se sob a influência das ciências naturais. A partir de então, com a chamada "crise" na Educação Física (Medina, 1983), evidencia-se o aumento de pesquisa na área pedagógica, sob a influência das ciências sociais.

As pesquisas que emergiram adotaram a abordagem crítica, buscando a superação dos reductionismos da abordagem predominante – matriz empírico-analítica.

Silva (1997), embora conclua que a vertente empírico-analítica é predominante nas produções, com 62,22%, aponta que *“existe uma tendência de reorientação epistemológico-metodológica na produção científica da área”*,⁴ com 21,62% da abordagem fenomenológico-hermenêutica e 12,16% da abordagem crítico-dialética. Isso leva a pensar que, através desse conhecimento, evidencia-se um projeto de racionalidade científica utópica/contra-hegemônica, contribuindo para a negação dessa ordem determinante em torno das produções de conhecimento.

O paradigma de racionalidade científica com base nas ciências sociais alicerça, também, estudos e propostas pedagógicas para o âmbito da Educação Física Escolar.

A prática hegemônica da Educação Física Escolar apresentou-se, ao longo da história, comprometida com seus momentos de construção: higienista, militarista, etc. Em contraposição a essa prática, formaram-se várias críticas de cunho teórico. Somente a partir dos anos oitenta é que surgem estudos teórico-práticos propondo-se a uma mudança na realidade concreta. Destacam-se “Concepções de aulas abertas de Educação Física” (1986), de Hildebrandt e Laging;

“Metodologia do Ensino da Educação Física” (1992), de um coletivo de autores; “Transformação Didático-Pedagógico do Esporte” (1994), de autoria do professor Elenor Kunz. Mais recentemente, ainda não publicada, mas sendo aplicada no contexto escolar, “A promoção do desenvolvimento da identidade em aulas de Educação Física” (1996), por Ingrid Marianne Baecker.

Tais propostas diferenciam-se entre si em alguns aspectos, todavia, explicitam sua vinculação a um projeto alternativo ao neo-liberalismo.

Enfim, a posição política

O atual estágio da sociedade brasileira – desigual, injusta, autoritária – leva a crer na necessidade da escola pública assumir, claramente, o enfrentamento político-ideológico que ocorre em seu interior. A pedagogia que desenvolve práticas individualistas, competitivas e autoritárias, concepção própria da sociedade capitalista, influencia fortemente o espaço escolar. Para isso, defende-se ser necessária, por parte dos educadores, uma leitura crítica e apurada da realidade, que os leve a problematizar a sua visão social de

mundo, de forma a assumir posição política frente ao seu ato educativo – adaptar ou resistir. Isso implica em pensar coletivamente o papel dos profissionais, no intuito de que fique claro o compromisso social que estes têm ao propiciar a apropriação do conhecimento pelos seus alunos e a compreensão da realidade que os cerca. Com efeito, os profissionais de Educação Física podem transcender à ideologia supostamente neutra, a fim de avaliar criticamente a sua prática em educação, agindo de maneira criativa, intelectual e política. A posição política do professor de Educação Física poderá fundamentar a luta contra-hegemônica. Utopica/Contra-hegemônica, ainda não dominante, é a história da Educação Física sendo construída rumo a ações concretas de transformação.

Notas

- 1 Ver Da Ideologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- 2 Resumo de tese de doutorado.
- 3 Para maior esclarecimento sobre as visões biológica, bio-psicológica, ver BRACHT, V. *A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo...capitalista*. In Educação Física e Aprendizagem social. Porto Alegre, Magister, 1992.
- 4 Resumo de tese de doutorado.

Referências bibliográficas

- BAECKER, I. M. *A Promoção do Desenvolvimento da Identidade em aulas de Educação Física em escolas brasileiras de 1º grau*. In Revista Brasileira de Ciências do Esporte. (18) 3:243, maio/97.
- BRACHT, V. *Educação Física/Ciências do Esporte: que Ciência é essa?* In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte. 14(3): 111-118, 1993.
- CARRERO, V.P. *O surgimento das Ciências Humanas*. In HUME. Leda Miranda (org.). Fazer Filosofia, Rio de Janeiro: Uape, 1994.
- COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do Ensino da Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.
- FERREIRA, M G. *Teoria da Educação Física: Bases e propostas pedagógicas*. In. FERREIRA NETO, Amarílio, GOELLNER, Silvana V. & BRACHT, Valter (Org.). *As Ciências do Esporte no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 1995.
- FILHO, S. J. C, GAMBOA S. S. *Pesquisa educacional: quantidade-qualidade*. São Paulo: Cortez, 1995.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- HILDEBRANDT, R & LAGING, R. *Concepções abertas no ensino da E. F.* Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1996.

KUNZ, E. *Transformação Didático-Pedagógica do Esporte*. Ijuí: UNIJUÍ, 1994.

LÖWY, M. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. *Ideologia e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1995.

MANNHEIM, k. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

MARX, K, ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hércitec, 1991.

MEDINA, J. P. S. *A Educação Física cuida do corpo ... e "mente"*. Campinas: Papyrus, 1983.